EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração e Mobilização do Pessoal

Portaria n.º 562/2002 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o militar em seguida mencionado tenha a situação que a seguir lhe vai indicada:

COR MAT (07258966) Luís Avelino Roque Esteves — passagem à situação de reserva, nos termos da alínea c) do artigo 153.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Novembro de 2001. Fica com a remuneração mensal de 620 775\$. Conta 39 anos, 1 mês e 12 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

14 de Dezembro de 2001. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior do Exército, o Ajudante-General do Exército, *Jorge Manuel Silvério*, tenente-general.

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 6974/2002 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Março de 2002 do ajudante-general do Exército, proferido no uso de competência delegada:

Carlos Pereira da Silva, chefe de serviço da carreira médica hospitalar da área funcional de cirurgia do Centro Hospitalar de Coimbra — transferido, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2002, de 28 de Janeiro, sendo o lugar correspondente à sua categoria e carreira aumentado ao Decreto-Lei n.º 224/94, de 20 de Outubro, do QPCE/HMR 2. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2002. — O Chefe da Repartição, *Artur Parente Fraga*, coronel art.

Despacho (extracto) n.º 6975/2002 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Março de 2002 do ajudante-general do Exército, proferido no uso de competência delegada:

Maria Isabel Domingues Ramos, assistente da carreira médica hospitalar da área funcional de neurologia dos Hospitais da Universidade de Coimbra — transferida, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2002, de 28 de Janeiro, sendo o lugar correspondente à sua categoria e carreira aumentado ao Decreto-Lei n.º 224/94, de 20 de Outubro, do QPCE/HMR 2. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2002. — O Chefe da Repartição, *Artur Parente Fraga*, Coronel Art.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 6976/2002 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 42.º dos Estatutos dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 262/99, de 8 de Julho, os beneficiários titulares e extraordinários estão obrigados ao pagamento de uma quota mensal, a fixar por despacho do Ministro da Administração Interna, sob proposta do conselho de direcção daqueles Serviços.

Assim, ao abrigo da citada norma legal e considerando a proposta apresentada pelo conselho de direcção dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana, determino o seguinte:

A quota mensal a pagar pelos beneficiários dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana é fixada nas seguintes percentagens do respectivo vencimento mensal ou pensão, gratificações e demais remunerações:

- a) Beneficiários titulares — 0,5 %;
- b) Beneficiários extraordinários — 0,15 %.

7 de Março de 2002. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Despacho n.º 6977/2002 (2.ª série). — *Delegação de competências no 2.º comandante-geral.* — 1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e da faculdade que me é conferida pelo n.º 3 do despacho n.º 9682/2001 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 107, de 9 de Maio de 2001, subdelego no 2.º comandante-geral, major-general Augusto José Monteiro Valente, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Em matéria de administração do pessoal:

1.1.1 — Autorizar a nomeação, a promoção, a colocação e a transferência do pessoal civil, nos termos da lei aplicável e dentro dos limites previstos na respectiva dotação orçamental;

1.1.2 — Autorizar a celebração de contratos administrativos de provimento e de trabalho a termo certo, nos termos da lei aplicável e dentro dos limites previstos na correspondente dotação orçamental;

1.1.3 — Rescindir os contratos, bem como exonerar de funções, a requerimento dos interessados;

1.1.4 — Autorizar o exercício de funções em regime de meio tempo pelo pessoal civil, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

1.1.5 — Aposição de visto e encaminhamento para a Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas dos pedidos de autorização para aceitação de condecorações estrangeiras dos elementos da GNR;

1.1.6 — Homologar os pareceres da Junta Superior de Saúde, com excepção dos que se pronunciem pela incapacidade para todo o serviço;

1.1.7 — Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido nos termos do artigo 290.º, n.ºs 2 e 6, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

1.2 — Em matéria de administração financeira:

1.2.1 — Autorizar despesas com empreitadas de obras, aquisição e locação, sob qualquer regime, de bens e serviços até ao montante de € 299 000, nos termos das disposições legais aplicáveis;

1.2.2 — Celebrar contratos de arrendamento de imóveis, obtido parecer favorável da Direcção-Geral do Património, até ao valor de rendas anual de € 17 000 quando para instalação de serviços e de € 11 000 quando para habitação de funcionários que a tanto tenham direito;

1.2.3 — Autorizar os pagamentos de despesas de alojamento e transporte previstos nos artigos 21.º e 21.º-A do Estatuto dos Militares da GNR;

1.2.4 — Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo.

2 — Para os efeitos do disposto no artigo 37.º, n.º 2, alínea a), da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de Junho, e nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, delego no mencionado 2.º comandante-geral a competência para a prática dos seguintes actos:

2.1 — Em matéria específica de administração do pessoal conexas com o serviço de saúde;

2.1.1 — Homologar os pareceres das juntas médicas das unidades, com a faculdade de subdelegar nos comandantes das unidades.

2.2 — Em matéria de justiça e disciplina:

2.2.1 — Em matéria de administração de justiça e disciplina, delego a prática dos actos que a lei me confere no respeitante ao seu exercício, excepto os relativos a oficiais, sargentos-mores e sargentos-chefes, e, em todas as categorias e postos, daqueles a que corresponda pena igual ou superior a suspensão agravada ou impliquem procedimento criminal;

2.2.2 — Em matéria administrativa propriamente dita, a competência para a gestão e decisão dos processos instruídos sobre acidentes que se alegue terem ocorrido em ocasião e por motivo de serviço ou doenças que deste ocorram.

2.3 — Em matéria de administração ordinária do serviço e dos recursos postos à disposição da Guarda:

2.3.1 — Praticar, em conformidade com as minhas directivas e orientações gerais, todos os actos de gestão corrente que legalmente me estão atribuídos, com excepção dos que devem, pela sua importância, não ser delegados, nomeadamente, além de outros não especificamente referidos de idêntica natureza e relevância, os que respeitem a:

- Estabelecimento de critérios gerais e de prioridades na administração dos recursos;
- Administração de coronéis e oficiais-generais;
- Colocações e promoções por escolha;
- Administração de pessoal em missões de serviço no estrangeiro;
- Aprovação do plano de estágios e cursos (PEC);
- Nomeação para o curso de promoção a oficial superior (CPOS);
- Nomeação para cursos no estrangeiro;
- Organização e operações;
- Planos de actividades;
- Património;
- Planos de satisfação de necessidades.